



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 240\$
A 1.ª série . . .	90\$
A 2.ª série . . .	80\$
A 3.ª série . . .	80\$
Avulso : Número de duas páginas 530; de mais de duas páginas 530 por cada duas páginas	
Semestre . . . . .	130\$
" . . . . .	48\$
" . . . . .	43\$
" . . . . .	43\$

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## SUMÁRIO

### Ministério das Finanças:

**Decreto-lei n.º 29:742** — Concede à Junta Geral Autónoma do Funchal um subsídio destinado às obras de reparação e de adaptação do Palácio de S. Lourenço — Igualmente concede outro subsídio à Misericórdia do Funchal destinado às obras de ampliação do seu hospital e mudança das salas de operações.

### Ministério da Marinha:

**Decreto-lei n.º 29:743** — Fixa os vencimentos mensais dos grumetes que, como alunos ou recrutas, foram abrangidos pelo artigo 5.º do decreto-lei n.º 29:038 — Torna aplicável aos mesmos grumetes o disposto no artigo 6.º do referido diploma.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

**Aviso** — Torna público ter a Embaixada de Inglaterra comunicado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de França a adesão da Austrália à Convenção sobre as regras adoptadas para o salvamento de torpedos automóveis, assinada em Paris a 12 de Junho de 1934.

### Ministério da Educação Nacional:

**Decreto n.º 29:744** — Transfere várias verbas dentro dos capítulos 3.º e 5.º do orçamento do Ministério.

### Ministério do Comércio e Indústria:

**Decreto n.º 29:745** — Determina que o regulamento do registo do trabalho nacional, aprovado pelo decreto n.º 7:989, deixe de ter aplicação a estabelecimentos compreendidos nas classes do grupo VI da tabela de classificação anexa ao mesmo regulamento.

**Decreto n.º 29:746** — Inclui uma rubrica referente a soldadura eléctrica (instalações fixas), 3.ª classe, com os inconvenientes de emanações nocivas e radiações luminosas, na tabela I anexa ao regulamento das indústrias insalubres, incômodas, perigosas ou tóxicas, aprovado pelo decreto n.º 8:364.

**Despachos ministeriais** pelos quais se estabelecem regras a que deve obedecer o comércio de batatas na cidade de Lisboa e normas regulamentares sobre a inscrição de meloais cujos frutos são destinados à exportação.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção Geral da Fazenda Pública

#### Decreto-lei n.º 29:742

Considerando que o Palácio de S. Lourenço, no Funchal, propriedade do Estado, onde estão instalados há muito o governo civil e o comando militar, necessita urgentemente de obras de certo vulto, de reparação e

adaptação à sua interessante traça primitiva, de harmonia com os projectos já aprovados pelo Governo;

Considerando que, por este motivo e por não haver na Ilha da Madeira um serviço de obras públicas que directamente se ocupe da execução das obras referidas, se justifica que à Junta Geral Autónoma do Funchal seja confiado o encargo de as realizar e concedido um subsídio extraordinário;

Considerando que a Misericórdia do Funchal carece de ampliar o seu hospital e de fazer a mudança das salas de operações, mas não dispõe de meios bastantes para ocorrer ao avultado encargo destas obras;

Considerando portanto que se justifica dar a esta instituição um subsídio para este fim e de forma a que tenha boa aplicação;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo 1.º** É concedido à Junta Geral Autónoma do Funchal o subsídio extraordinário de 70.000\$, destinado às obras de reparação e de adaptação do Palácio de S. Lourenço.

§ único. A Junta executará as obras de harmonia com os projectos já aprovados pelo Governo e nos prazos e condições estabelecidos pelo governador civil, a quem incumbe fiscalizar o seu cumprimento.

**Art. 2.º** É, igualmente, concedido à Misericórdia do Funchal um subsídio extraordinário de 230.000\$, destinado às obras de ampliação do seu hospital e mudança das salas de operações.

§ único. A execução e fiscalização destas obras serão feitas nos termos estabelecidos no § único do artigo 1.º

**Art. 3.º** É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial de 300.000\$, compreendendo as verbas de 70.000\$ e 230.000\$, importância dos subsídios à Junta Geral Autónoma e Misericórdia do Funchal, respectivamente, a qual é inscrita sob o n.º 2), alínea c), do artigo 170.º, capítulo 11.º, do orçamento do referido Ministério para o ano corrente, sob a rubrica de «Subsídio à Junta Geral Autónoma e Misericórdia do Funchal, nos termos do decreto-lei n.º 29:742, de 12 de Julho de 1939».

**Art. 4.º** É anulada a importância de 300.000\$ na verba do artigo 6.º, alínea 2), do capítulo 1.º do orçamento do Ministério das Finanças.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1939.—ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR—Mário Pais de Sousa—Manuel Rodrigues Júnior—Manuel Ortins de Bettencourt—Duarte Pacheco—António Faria Carneiro Pacheco—João Pinto da Costa Leite—Rafael da Silva Neves Duque.